

CRÍTICA À TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL

CRITIQUE OF RATIONAL CHOICE THEORY

Wilson Antunes de Amorim¹

RESUMO

A todo momento de nossas vidas, sejamos pessoas comuns, pais, funcionários ou gestores de organizações, nos deparamos com a necessidade de tomarmos decisões, que forma geral irão afetar nossas condições políticas sociais e financeiras. Estas decisões são tomadas de acordo com os princípios da racionalidade, embora, na maioria das vezes não tenhamos noção disto. Uma decisão tomada de forma racional é caracterizada como a decisão ideal para alcançar um objetivo ou para resolver um problema que se apresenta de forma estruturada ou não e, para isto, o uso da razão, que é um dos meios pelo qual os seres racionais propõem razões ou explicações para causa e efeito e, está diretamente associada à natureza humana. Diante disto, tem este trabalho o objetivo de discutirmos, analisarmos e criticarmos a Teoria da Racionalidade diante da visão de Bunge e de Sutherland.

Palavras-Chave: Racionalidade, Irracionalidade, Decisões

ABSTRACT

Every moment of our lives, whether we are ordinary people, parents, employees or managers of organizations, we face the need to make decisions, which generally will affect our social, political and financial policies. These decisions are taken in accordance with the principles of rationality, though, most of the time we do not have this notion. A decision made in a rational manner is characterized as the ideal decision to achieve a goal or to solve a problem presented in a structured way or not, hence, the use of reason, which is one of the means by which rational beings propose reasons or explanations for cause and effect, and is directly associated with human nature. Therefore, this work has the objective to discuss, analyze and criticize the Rationality Theory accordingly to Bunge and Sutherland vision.

Keywords: Rationality, Irrationality, Decisions

1 INTRODUÇÃO

O que é racionalidade? É possível dizer que no sentido da aprendizagem seja a atividade de adquirir conhecimento, enunciados teóricos ou, apenas uma contraposição à irracionalidade? Podemos dizer que seja uma maneira de qualificar os saberes, crenças, tabus, histórias ou mitos?

¹ Graduado em Ciências Contábeis pela FACIPAL (Pr), Pós-Graduado em Contabilidade Gerencial, MBA em Gestão Estratégica Organizacional e Liderança, Mestre em Administração e Liderança, Doutorando em Gestão de Empresas pela Universidade Nacional de Missiones (Ar).

Sutherland (1996) escreve que as pessoas são muito menos racionais do que imaginam e, que a irracionalidade está predominando sobre a racionalidade. Diante das palavras do autor, se realizarmos uma análise crítica, criteriosa e profunda do mundo em que vivemos e de nossa forma de vida, também iremos chegar a mesma conclusão de Sutherland.

Bunge (1985) explicita essa racionalidade dizendo que o conhecimento científico é constituído por ideias que se vinculam entre si mediante regras lógicas e se organizam em sistemas (teorias).

A irracionalidade está predominando sobre a racionalidade e, em grande parte do tempo, todos, somos mais irracionais do que racionais. A prova disto nos é dada todos os dias através dos jornais, revistas e da televisão, pela exposição de fatos que são apresentados diariamente, (guerras, carnificinas, drogas, etc.), e estes, nos parecem totalmente irracionais.

Embora, a visão de que somos mais irracionais do que racionais em que campo for, seja uma visão real, há que se perguntar: Diante de uma decisão, vista por todos como irracional, do ponto de vista do tomador da decisão, se esta decisão é tomada de forma consciente, é realmente irracional?

Para que seja possível a tentativa de respondermos a este questionamento, necessário se faz, analisarmos as teorias que versam sobre a irracionalidade e racionalidade e, é isto que estamos propondo neste trabalho e, assim sendo, é fundamental conceituarmos racionalidade e irracionalidade.

2 RACIONALIDADE

Existem uma gama enorme de escritos sobre racionalidade. Inicia-se com Kant (1785), quando escreve suas críticas à metafísica natural e nos trouxe um modelo de razão de caráter formal, passando por Marx (1986) (1996), Weber (1967), Hegel (1982), Horkheimer (1955), Adorno (1985), Marcuse (1997), Habermas (2001), Bunge (1999), Sutherland (1997) e, outros.

Weber (1967), traz como marco conceitual do capitalismo e do estado moderno como ações racionais propositais em que se desenrola o raciocínio ocidental, que traz consigo a burocratização das relações sociais, o que permite a dominação de umas classes sobre outras, onde as forças produtivas operam a estabilização de produção, sendo este também o pensamento de Marx(1986), Hokheimer (1955), Adorno (1985) e Marcuse (1997).

Hokheimer (1955), entendia a racionalidade de duas formas: subjetiva ou instrumental e a objetiva. Para o autor, a subjetividade da racionalidade está em sua utilização que se dá através de inferências, deduções e probabilidades e, objetiva, pois para ele existe uma ordem, uma harmonia por traz do mundo que regula as relações entre os seres e, para o autor, a razão não é somente uma faculdade mental mas também do mundo objetivo.²

² A razão subjetiva (instrumental) é a faculdade que torna possível as nossas ações. É a faculdade de classificação, inferência e dedução, ou seja, é a faculdade que possibilita o “funcionamento abstrato do mecanismo de pensamento”. (Horkheimer, 1974, p. 11). Essa razão se relaciona com os meios e fins. Ele é neutra, formal, abstrata, e lógico-matemática. “A razão subjetiva se revela como a capacidade de calcular probabilidades e desse modo coordenar os meios corretos com um fim determinado” (Horkheimer,1974, p. 13).

Adorno e Horkheimer (1986) buscaram investigar o porquê do fracasso da razão ou da racionalidade e, questionavam: Por que a humanidade através do progresso técnico e científico não alcançou sua maioria e sim sucumbiu a um estado de barbárie?³

A resposta a este questionamento parece simples e, ao mesmo tempo é de uma complexidade enorme, pois o motivo é que a razão (ou racionalidade) é em sua própria essência um mito, este o esclarecimento e, o esclarecimento acaba convertendo-se em mito.

Razão significa triunfo da máquina, do trabalho, da natureza útil e grátis, razão mistificada que se realiza como razão instrumental, pela qual a natureza, o útil-grátis, é espoliado pela máquina e pelo trabalho. Mistificada porque é o lado abstrato da regularidade, da disciplina do trabalho legitimador dessa prática de pilhagem – prática do trabalho para o capital, da exploração dos homens para o capital”. (Matos, 1989, 130).

A repressão interna e externa na natureza humana, ocorrida pelo processo do domínio da razão, gerou a visão de que tudo está sendo tratado como algo possível de manipulação, o que nos leva ao estado de alienação, degenerando as capacidades criativas e emancipatórias, transformando a razão, pura e simples em razão instrumentalista. Este processo tem o seu apogeu com o processo da lógica capitalista.

Para Adorno (1986), o domínio da razão representa o prolongamento da indústria cultural, pois está centrada na geração de produtos simbólicos para que seja possível manter a lógica do controle. Desta forma, a indústria cultural cria produtos de baixo nível formativo e informativo, eliminando a possibilidade de criação de ideias críticas sobre a realidade, processo este auxiliado pelos meios de comunicação visto que estes atuam como massificadores e divulgadores, favorecendo o controle da indústria cultural a partir de seus interesses.

Adorno (1986) em suas reflexões sobre este processo, diz que os produtos gerados pela indústria cultural atuam como anestésicos, preenchendo o tempo livre e gera alívio para a rotina. Diz ainda que estes produtos são aceitos sem nenhuma resistência, pois não exigem nenhum tipo de esforço intelectual e, que todos estes produtos não satisfazem as necessidades totalmente, face a constante criação e oferta de novos produtos.⁴

Habermas (2001), descreve que as orientações das ações e da ordem da vida social, se tornam de forma empírica eficaz quando ocorre a racionalização da cultura e, que, a cultura se transforma em forma de vida das pessoas ou grupos de pessoas de um lado e, de outro, em forma de vida social, pois, os indivíduos socializados têm por um lado necessidades que devem satisfazer-las, e de outro lado, se movem de acordo com os sentidos que necessitam de interpretação e significado.⁵ Empirismo e realidade, são os dois mundos em que transitamos, ou seja, o mundo real e o mundo subjetivo. E é no interior destes mundos, que o homem busca satisfazer suas necessidades e dar interpretação e significado aos seus atos.

³ ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

⁴ A grande consequência da racionalidade instrumental foi à perda da autonomia do indivíduo. A racionalidade técnica eliminou qualquer tentativa de ruptura. O aparato produtivo e as mercadorias se impõem ao sistema social como um todo. Os consumidores dos produtos e das formas de bem-estar social tornaram-se prisioneiros do capital. Adorno e Horkheimer detectaram uma civilização que chegou a uma dialética sem síntese. Nós vivemos na eterna contradição entre produtividade e destruição, dominação e progresso, prazer e infelicidade. Não houve a síntese libertadora de uma sociedade livre e feliz. (ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.)

⁵ La racionalización de la cultura sólo se torna empíricamente eficaz cuando se convierte en racionalización de las orientaciones de acción y de los órdenes de la vida social. El saber acumulado en la cultura se transforma en formas de vida de los individuos y de los grupos, de un lado, y en formas de vida social (o en esferas de la vida, em órdenes de la vida, como Weber disse em vez de subsistemas sociales), de outro. HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa I. Racionalidad de la acción y racionalización social*. 2001, pg. 251)

Neste processo, cometemos erros, pois utilizamos mecanismos heurísticos buscando entender a complexidade das situações que se apresentam e, como estes mecanismos são invisíveis, não temos conhecimento de sua existência ou o ignoramos, o que pode nos levar a sermos vítimas de preconceitos, por decisões que possamos tomar em algum momento.⁶

Podemos entender a racionalidade como um padrão coerente de escolhas, tal como uma lista de opções que nos auxiliam quanto ao caminho que devemos tomar, mas que temos que analisar de forma consciente nossas escolhas a medida que a lista de opções muda.

3 IRRACIONALIDADE

A irracionalidade pode ser analisada como a contraposição da razão e emoção. Toda escolha feita de forma incoerente é um comportamento irracional, inconsistente ou ilógico, pois vai contra a padrões adotados pela sociedade e, não está ligada às questões emotivas ou intuitivas.

O comportamento irracional é um modelo aceito e defendido por Nietzsche (1844)⁷, que acreditava que o mundo não é ordem e racionalidade, mas desordem e irracionalidade. Seu princípio filosófico não era, portanto, Deus e razão, mas a vida que atua sem objetivo definido, ao acaso. Para o autor, a realidade sem máscaras, é a vida humana tomada e corroborada pela vivência do instante.

A irracionalidade depende da distinção entre uma razão para se possuir, ou agir de acordo com, um princípio, e uma razão para o princípio. Desta forma, é muito, complicado e até mesmo utópico procurar entender a forma em que se dá os embates entre o racionalismo e o irracionalismo, pois as manifestações dos princípios não racionais não implicam no abandono de ideias tidas como racionais e muito menos abandonar os princípios da razão para formarmos uma opinião sobre uma realidade.

As mudanças ocorridas na evolução do ser humano, não nos diz que devemos agir de forma irracional. Talvez, entre o racional e o irracional, esteja inserida questões referentes ao livre-arbítrio. Weber(1967), em seus escritos sobre irracionalidade, não aceitava a concepção do livre arbítrio e, embora fosse consciente sobre a dimensão afetiva que move o ser humano na busca de seus objetivos se questionava: como lidar com uma ação que não se pode considerar como estando voltada exclusivamente por vontades inconscientes e irracionais e nem, por outro lado, determinada por escolhas e deliberações racionais?

Weber (1967) não aceitava a ideia de que a liberdade humana advinha da irracionalidade, embora aceitasse a ideia de que a própria liberdade era a responsável pela irracionalidade. Freud (1980, p. 28) escreve que

⁶ Artículo PROPUESTA DE UN ENFOQUE INTEGRADOR EN TEORÍA DE LA DECISIÓN, postado por Dra. Patricia Bonatti. [...]Es sabido que usamos mecanismos inconscientes (*heurística*) para resolver la complejidad inherente de la mayoría de las situaciones de decisión. Esta heurística, si bien suele arrojar buenos resultados, no siempre es del todo confiable.[...] Creemos que el mayor peligro de estas trampas es su invisibilidad. Como están completamente asentadas en nuestro proceso mental, no nos percatamos de su existencia, aunque caemos directamente en ellas. Ningún ser humano puede afirmar que no es víctima de algún sesgo; en realidad solamente podríamos afirmar que no somos o fuimos conscientes de ser víctima de algún sesgo.

⁷ Friedrich Wilhelm Nietzsche (Röcken, 15 de Outubro de 1844 — Weimar, 25 de Agosto de 1900) foi um filólogo, filósofo, crítico cultural, poeta e compositor alemão do século XIX. Escreveu vários textos críticos sobre a religião, a moral, a cultura contemporânea, filosofia e ciência.

O aspecto mais original da concepção de Max Weber que designa como a “irracionalidade ética do mundo” é caracterizado, de um lado por uma irracionalidade axiológica e de outro pelo paradoxo das consequências. É sustentada a irracionalidade porque no mundo defrontam-se valores múltiplos. O verdadeiro, o bom e o belo não se deixam reduzir um ao outro ou se conciliar. O antagonismo de valores está ligado à intuição da diversidade infinita do real.⁸

Em todos os escritos publicados por teóricos como Marx, Weber, Hegel, Horkheimer, Adorno, Marcuse, Habermas, Nietzsche, assim como em artigos publicados, teses de doutorados, dissertações e demais publicações, não consegui visualizar com clareza, algo que abordasse de forma definitiva uma teoria do que seja a irracionalidade.

O que li e entendi, foi apenas a questão de que a irracionalidade se contrapõe à racionalidade, ou seja, a irracionalidade é tratada como: escolha feita de forma inconsciente, questões emocionais ou intuitivas, realidade sem máscaras, formas de agir, livre arbítrio etc. Talvez, o surgimento de uma teoria não tenha sido possível, em face à grande subjetividade que existe em torno do termo irracionalismo.

Assim, para mim fica a explicação mais sensata sobre o irracionalismo, colhido de um texto sem identificação do autor que diz “Irracionalidade é a antítese da racionalidade, da razão e do raciocínio. É usado para designar uma ação desprovida de raciocínio e, também o conhecimento desprovido de qualquer racionalismo da lógica formal.

No irracionalismo, despreza-se a lógica e o conhecimento ligado pela experiência. Muitos filósofos são adeptos dessa escola de pensamento. Para eles a realidade fenomênica não é passível de se conhecer, apenas é possível ter um conhecimento intuitivo, pois qualquer outro é subordinado à vontade e não revela as causas últimas da realidade. Vulgarmente usa-se a “irracionalidade” como mero qualificativo de ações desprovidas de raciocínio e reflexão.

O que exponho está avalizado pelo que escreveu Sutherland em seu livro *Irracionalidad: el enemigo oculto*, “A irracionalidade somente se pode definir em razão da racionalidade e por isto devemos perguntar: O que é ser racional. A racionalidade adota duas formas: O pensamento racional leva à conclusão mais provavelmente correta, tendo em conta o conhecimento de que se dispõe; as decisões racionais são mais complicadas, tendo em vista que uma decisão somente pode ser avaliada se conhecermos seu objetivo. Uma ação racional é aquela que levando em conta o conhecimento da pessoa, esta tem maiores probabilidades de alcançar seus objetivos.”⁹

Popper (1976) apud Gomes (1998, p. 75-76) discorrendo sobre racionalidade:

Uma atividade é racional se satisfaz as seguintes condições: (I) se esta governada por um conjunto de regras que garantam a realização de um certo objetivo; (II) se entre as ações incompatíveis somente uma poderá ser eleita como instrumental para alcançar seu objetivo; (III) se para cada curso de ação podem ser ofertadas razões que justificam tal curso de ação, desde o ponto de vista da alcançabilidade do objetivo; (IV) se todas as razões podem ser integradas em uma totalidade e derivadas de um princípio básico que haja referência explícita.¹⁰

⁸ FREUND, Julien. *A Sociologia de Max Weber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1980.

⁹ A responsabilidade da tradução é inteiramente do pesquisador. La irracionalidad sólo se puede definir en términos de racionalidad, por lo que debemos preguntarnos: qué es ser racional. La racionalidad adopta dos formas: el pensamiento racional lleva a la conclusión más probablemente correcta, teniendo en cuenta el conocimiento de que se dispone; las decisiones racionales son más complicadas, puesto que una decisión sólo puede evaluarse si conocemos su objetivo. Una acción racional es aquella que, teniendo en cuenta el conocimiento de la persona, tiene mayores probabilidades de alcanzar sus objetivos.

¹⁰ Idem. “Una actividad racional si satisface las siguientes condiciones: (I) está gobernada por un conjunto de reglas que garantizan la realización de un cierto objetivo; (II) entre dos acciones incompatibles sólo una puede ser elegida como instrumental para alcanzar el objetivo; (III) para cada curso de acción pueden ser dadas razones que justifican a tal curso de acción desde el punto de vista de la alcanzabilidad del objetivo, y (IV) todas

Quer parecer que Popper não elege racionalidade ou irracionalidade para se buscar alcançar um objetivo, pois para ele, isto somente seria possível pela verdade.

No entanto, conforme afirma Gomes (1998) este pensamento deixa de fora das discussões questões importantes em torno da racionalidade ou da irracionalidade, e que a verdade não é o único fim de um objetivo temporalmente válido.

4 TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL

A Teoria de La Eleccion Racional (Escolha Racional), surgiu nos Estados Unidos, por volta de 1950 e 1960, e sua abordagem estava voltada para a análise dos indivíduos utilizando métodos empíricos e, partia do pressuposto que os indivíduos são auto interessados. De acordo com Ward (2002) os estudiosos mais importantes desta teoria são Anthony Downs¹¹ e Mancur Olson¹².

A teoria da escolha racional, defende a emergência do homem econômico e busca a compreensão da vida social, partindo da premissa que os indivíduos são auto interessados, em prol de seus objetivos.

Uma das possibilidades de os indivíduos atingirem seus objetivos é através das organizações, que de certa forma, privilegia a promoção do bem comum, através de suas atividades comerciais, industriais e de prestação de serviços. Ao mesmo tempo em que as organizações possibilitam que os indivíduos atinjam seus objetivos, esta também luta para atingir seus objetivos próprios.

Aqui, é possível observar uma junção de interesses individuais e grupais. Sendo assim, os interesses individuais somente serão realizados se os objetivos grupais também forem realizados. Olson (1999) declara que esta combinação de interesses individuais e grupais, comuns em uma organização, permite que surja o mercado competitivo.

Embora os interesses possam ser individuais e grupais e, que um dependa do outro para ser concretizado, todas as ações voltadas para a obtenção destes objetivos são tomadas de forma racional. Scheefer, em seu artigo “Teoria da Escolha Mínima: A evidenciação do Homo Econômico”, descreve que:

A teoria da escolha racional, consegue explicar as ações dos indivíduos onde a aplicação da lógica e da matemática a um conjunto de suposições e pressupostos permite que se faça previsões. [...] garante ainda proposições oriundas de forma lógica além do que, mesmo em momentos onde a ação é irracional, ela fornece um padrão e propõe variáveis que podem levar a desvios da racionalidade.

A racionalidade dos indivíduos, torna-se um dos principais elementos da ação coletiva. Scheefer (2013) descreve que:

Trata-se de um levantamento de ônus e bônus e que ao se tratar de benefício coletivo todos os integrantes de um grupo pretende “consumi-lo”. [...] e que quanto maior for

las razones pueden ser integradas em uma totalidade y derivadas desde um principio básico que hace referencia explicita

¹¹ Anthony Downs, publicou em 1957 seu livro “Uma Teoria Econômica da Democracia, que buscava compreender o comportamento eleitoral e a competição partidária.

¹² Mancur Olson, publicou em 1965 seu livro “A Lógica da Ação Coletiva” que buscava descrever as ações dos indivíduos e da coletividade, na busca do atingimento de seus objetivos.

o grupo, mais difícil o bom provento do benefício coletivo e, nesta perspectiva, mais sentido teria priorizar os interesses pessoais.

Melucci (1997) apud Scheefer (2013), descreve que:

Se a presença de um interesse em obter um bem coletivo não é suficiente para explicar as ações coletivas, por outro lado, a mesma não pode ser interpretada como uma mera soma de comportamentos individuais e do cálculo que cada integrante faz do custo benefício que esta em jogo.

Sutherland (1996) escreve que para ser racional, o objetivo da humanidade deve ser tal que todos possam prosseguir sem problemas. No entanto, embora o autor diga que o objetivo da humanidade seja o objetivo de cada um, devemos levar em conta que somos todos diferentes e, neste sentido o autor relata que “nascemos com um conjunto de impulsos biológicos, como a fome, a sede, instintos sexuais, de evitar a dor, assim como outras motivações escondidas, mas igualmente poderosas como a curiosidade, necessidades de dominação ou de pertencer a um grupo.

Estes impulsos levam o ser humano a se colocar sempre em primeiro lugar e, desta forma, para eles, a felicidade que é minha é a do outro também, mas o mesmo não acontece no caso da desgraça.

Sutherland (1996) relata que o problema se resume em 5 grandes questões: A primeira é que grande parte das ações irracionais advém da dedicação do tempo de reflexão que dispomos a algum problema; a segunda diz respeito ao número limitado de ideias a cada vez que temos que tomar uma decisão complexa; a terceira, se reporta à tomada da melhor decisão em juízo ou na vida diária e frequentemente envolve o uso de conceitos de estatística elementar, mas poucas pessoas tem a sua disposição esta ferramenta; a quarta diz respeito à estrutura organizacional que fomenta a conduta egoísta de seus membros e, em muitas ocasiões isto não permite que a organização atinja seus objetivos, embora o egoísmo possa ser imoral não é irracional e, a quinta questão ressalta sobre o distanciamento das pessoas de seus pensamentos sobre a realidade para se sentirem mais cômodos e felizes.

Nestas cinco questões abordadas anteriormente, centra-se a mensagem central de Sutherland, a partir da compreensão de que somos facilmente manipuláveis e, em muitas vezes incoerentes na resolução de nossos problemas e em nossa compreensão dos fatos ocorridos e até mesmo em nossos julgamentos.

A maioria dos indivíduos agem de forma racional, a partir de alternativas que advém das informações que lhes é acessível. Todos os indivíduos possuem capacidades racionais que lhes dão condições necessárias para escolherem a melhor ação a ser tomada, de acordo com o seu entendimento e vontade. Volta-se aqui às questões do livre arbítrio, ou seja, da escolha entre o racional e o irracional.

A teoria da escolha racional, também conhecida como teoria da ação racional, é uma teoria busca o entendimento do conhecimento social e econômico e, que ao mesmo tempo tenta uma modelação para estes comportamentos. É uma teoria centrada na ideia de que um indivíduo procura a maximização do custo benefício de suas ações, na tentativa de minimizar os custos e os riscos das tomadas de decisões, partindo do pressuposto que os indivíduos buscam mais coisas boas que lhes traga conforto e bem-estar e menos coisas que lhes causem mal estar e desconforto.

Além da procura do entendimento do comportamento social ligado às questões macroeconômicas, esta teoria também é utilizada nas ciências políticas, procurando entender os fenômenos políticos partidários a partir da ideia que estes fenômenos derivam dos princípios

da economia, onde o comportamento dos indivíduos estão voltados para o custo benefício de minimização de custos e redução dos riscos.

A Teoria da Escolha Racional, na concepção de Jon Elster (1995) é uma teoria que pode ser entendida como uma teoria normativa, pois nos diz o que devemos fazer para atingir metas propostas da melhor forma possível, ainda que não saibamos quais são essas metas. Se por um lado pode ser visualizada como normativa, também podemos visualizá-la como uma teoria descritiva, pois tenta nos dizer como deveríamos fazer para certas ações para atingir as metas, além de que, quando vista como um instrumento voltada para um resultado, é possível classificá-la como uma teoria instrumental.

Na tentativa de dar uma explicação plausível e também justificar uma ação que é tomada para atingir uma meta, a teoria da escolha racional se apega a três elementos: a) Um grupo de cursos viáveis para satisfazer certas restrições lógicas e fins econômicos; b) Um grupo de crenças racionais sobre a estrutura causal da situação que irá determinar quais os cursos da ação; c) Uma ordenação subjetiva de alternativas viáveis que deriva da ordenação das consequências que o indivíduo deseja alcançar.

A teoria da Escolha Racional, parte do princípio de que todas as pessoas são egoístas e, que dentro do egoísmo de cada um, busca-se alcançar as melhores condições para si através da capacidade racional, tempo de reflexão e da independência emocional e, sendo assim, teoricamente, se guia de forma racional, independentemente da complexidade da escolha que decide tomar, embora, não há como afirmar que iremos tomar a decisão certa a todo momento

Elster (1995), resume a questão dizendo que, quando enfrentamos várias possibilidades de ação, somente fazemos aquilo que o indivíduo crê que irá lhe trazer o melhor resultado, ou seja, diante de várias opções de escolha ao dispor do indivíduo e diante da necessidade de tomar uma decisão, este optará sempre por aquela que tenha a possibilidade de oferecer o melhor resultado de acordo com sua visão racional e da hierarquização de seus objetivos.

Gary Becker (1957), afirma que os indivíduos são egoístas e atuam de maneira racional e que, ao se pesar os custos benefícios, não deixam margem para considerarem sobre o certo e o errado e, que diante disto, estas decisões concentram-se sobre as questões da honestidade.

Elster (1995), descreve que em uma situação de escolha (racional ou irracional) há que se considerar duas dimensões: 1^a) Da distinção entre a informação perfeita e imperfeita, pois a informação perfeita é quase impossível de se dar em todas as ações que se tenha que tomar; 2^a) Que em situação particular de eleger uma decisão racional, deve-se levar em conta que existem decisões paramétricas e estratégicas.

Ainda de acordo com Elster, diante de decisões paramétricas e estratégicas, seja possível pensar-se que se voltaria a uma situação infinita, o que não acontece pelas seguintes situações: a) Existe um grupo de decisões a ser tomadas; b) Cada pessoa que está agindo toma uma decisão; c) A decisão tomada por uma pessoa afeta as decisões que outros venham a tomar; d) Uma vez tomada uma decisão, ninguém pode melhorar sua situação sem se desviar da situação de equilíbrio, sempre e quando os demais mantenham sua decisão.

Além destas situações, há que e levar em conta a relação existente entre a ação, os desejos e as crenças das pessoas envolvidas no processo decisório e, esta relação é descrita por Elster(1995), descrevendo que esta relação é definida por três pontos importantes: a) Os desejos e as crenças das pessoas são a razão de sua conduta; b) Os desejos e as crenças causam a conduta; c) Os desejos e as crenças causam a conduta enquanto razão.

A teoria da escolha racional esta respaldada por crenças e desejos do ser humano (individual ou grupal) e, são estes que permitem a análise de uma ação, assim como, torna

plausível a explicação de que estes, possuem uma cadeia causal de possível identificação e, que isto acontece quando se cumpre três condições que otimizam uma ação: a) a ação é a melhor maneira que uma pessoa possui para satisfazer seus desejos de acordo com suas crenças; b) a crença é a melhor forma de formar uma evidenciação; c) a quantidade de provas que tenha sido coletado é ideal de acordo com o desejo da pessoa.

Diante da escolha por uma decisão ou outra, em uma situação que tenha um certo grau de incerteza, não estará necessariamente utilizando-se das nuances da probabilidade e, nem tão pouco, escolhendo uma opção aleatoriamente, o que certamente levará o indivíduo a uma escolha não baseada na lógica, o que poderá originar resultados não esperados.

A falta de informações, as incertezas de nossas ações e decisões e a limitação de nossa capacidade de análise de cenários, passados, presentes e futuros, nos levam a tomarmos decisões racionais limitadas e que façamos análises que quase nunca se ajustam à nossa realidade, pois a partir do ponto de vista da racionalidade, a decisão por uma ou outra e, depende exclusivamente do valor que damos a esta ou aquela decisão.

5 CRÍTICAS À TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL

Embora a teoria da escolha racional, tente explicar a racionalidade das ações dos indivíduos, enquanto ser individual ou grupal, a partir da ideia de que um indivíduo busca a maximização do custo benefício de suas ações tentando minimizar os riscos e os custos de suas decisões, vários autores criticam esta teoria, mas que neste trabalho, ficaremos com as críticas de Bunge e, são estas críticas que procuraremos explicar a partir de agora.

Amartya Sen (1997), em seu estudo sobre o desenvolvimento empírico do bem estar social, foca seu trabalho na ideia da importância do desenvolvimento das potencialidades humanas, afirmando que a economia deve permitir o desenvolvimento das capacidades dos indivíduos. Declara ainda o autor em suas críticas, que a economia esta esquecendo sistematicamente o bem estar das gerações futuras no que é mais importante, que para o autor são as questões éticas e, afirma que os indivíduos em seu trabalho, não somente interferem nos critérios de racionalidade econômica, buscando maximizar os benefícios monetários e, que nestas decisões existem elementos sociais e interpessoais que ficam a margem da racionalidade, além de que em todo o processo de escolha existem interferências que não tem porque ser destinadas exclusivamente a benefícios pessoais.

Na visão de Bunge (1985), a teoria da escolha racional é irrealista e conceitualmente confusa. Para que se possa entender o que Bunge afirmou, é necessário conhecer um pouco de seus pressupostos sobre a racionalidade, explicitado em seu trabalho Racionalidade e Realismo, publicado em 1985. Neste trabalho ele defendeu um realismo o qual chamou de ciência e, que de acordo com que a ciência pode nos dar de melhor, a representação da realidade como a melhor base para modificá-la e que esta ciência pode ser teórica e prática, dividindo-se em: Ciência conceitual, que visa minimizar o estado confuso da ciência e suas imprecisões; Lógica, para evitar as contradições que, advém das ciências; metodológicas, pois possuem a missão de questionar, duvidar, criticar e justificar os fatos favoráveis e desfavoráveis; epistemológica, que busca valorizar o apoio empírico e evita conjunturas incompatíveis com o grupo de conhecimento científico e tecnológico; ontológico, que procura adotar a concepção de um modo coerente e compatível com o grupo das ciências e a tecnologia; avaliatória, que procura por objetivos que, além de serem viáveis no valor de realização e na prática, adote meios que podem ajudar alcançar os objetivos.

Este tipo de conceptualização sobre racionalidade forma um conjunto que são interdependentes e se constituem em um sistema e, estão vinculados por pressuposições de que, uma racionalidade prática sempre exige uma necessidade teórica, pois gera a investigação como a ação. Segundo Bunge (1985) podemos chamar de racionalidade completa o conceito que engloba todo este conjunto de racionalidades e, se utilizarmos uma destas racionalidades ou uma combinação de algumas, podemos dizer que temos uma racionalidade parcial, ou como diz o autor, confusa.

Creio que aqui reside a crítica de Bunge sobre a teoria da escolha racional. Por esta teoria, o homem busca seu desenvolvimento integral, de seu bem estar, do bem estar e o bem fazer, consigo mesmo e com os demais (quando o faz com ética). Nesta busca o homem presumidamente se utiliza da escolha racional de uma ação ou atitude que o leve a alcançar seus objetivos. No entanto, estas ações, atitudes ou decisões, forem fundamentadas em seu próprio conhecimento, teórico, prático ou empírico, o levará em muitas vezes a não alcançar seus objetivos.

Para Bunge (1985) a racionalidade nas ações, nas atitudes e nas escolhas se dão a partir da utilização de todas as ferramentas disponíveis e, estas são o conjunto intrínseco formado pelas ciências conceitual, lógica, metodológica, epistemológica, ontológica e avaliatória.

Se dentre uma das várias escolhas que temos a disposição e, optarmos por uma que não esteja baseada no conjunto de racionalidades que consubstancie esta decisão torná-la racional de fato e de direito, está se torna irracional e confusa, pois traz consigo falhas de análise, de avaliação o que a torna irreal.

Em uma escolha racional, supõe-se que em um contexto de tomada de decisões, buscando atingir objetivos e metas, não exista conflito de visão e nem de interesses, ou seja, em uma situação utópica em que se acredita que o indivíduo possui e dispõe de todas as informações e que tenha a capacidade plena de analisa-los e avalia-los, assim como de todos os recursos necessários, inclusive de tempo.

6 CONCLUSÃO

Em um mundo onde as decisões são constantes e utilizadas em todas as vertentes, estas têm que ser tomadas de forma consciente, utilizando a razão e a lógica, para que as ações e escolhas sejam realmente racionais.

O grande problema que enfrentamos é que para cada situação que se apresenta, existe uma gama enorme de possibilidades para se tomar essa decisão. Assim, conforme a teoria da Escolha racional, os indivíduos dedicam muito tempo de reflexão sobre a escolha e a decisão por inúmeras vezes é escolhida de forma errada.

Para Bunge(1985), isto acontece de forma irreal e confusa a partir do momento em que se deixa de utilizar (talvez por falta de informações, conhecimentos ou por pensar em seu próprio bem estar) uma escolha respaldada pela racionalidade completa e escolhemos uma opção com base na racionalidade parcial.

Cada um de nós, temos nossos motivos e objetivos e, estes nos levam a adotarmos um certo comportamento e, em muitas vezes, a adoção deste comportamento é feito de forma individual e sem a participação de mais ninguém, ou seja, nosso comportamento foi adotado em isolamento.

No entanto, o comportamento de um indivíduo, adotado sob isolamento, carece de alternativas e de informações que lhe permita avaliar de forma mais profunda sua decisão num panorama de conhecimentos antecipados de sua decisão.

Simon (1971) escreve que os limites da racionalidade decorrem da incapacidade da mente humana em aplicar a uma decisão todos os aspectos de valor, conhecimentos e comportamento que poderiam ter importância para esta decisão e, que o modelo de escolha do ser humana, mais parece com um sistema de estímulo-resposta do que uma escolha de alternativas.

O homem é levado a todo momento a tomar decisões e, se estas são acertadas ou erradas, se estão ou não, baseadas em informações não importa. O que importa realmente são as decisões. Somos livres para tomarmos qualquer decisão pois temos o poder do livre arbítrio. Jean Paul Sartre disse: “*O homem está condenado a ser livre*”.

No entanto, embora sejamos livres para tomarmos nossas decisões, não quer dizer que temos liberdade para isto, tendo em vista vivermos em uma sociedade e, dentro desta sociedade, minhas decisões afetam e serão afetadas pelas decisões dos outros indivíduos.

Bunge (1985) escreve que só podemos aspirar liberdades limitadas porque o fato de pertencermos a qualquer espécie de sistema social já traz consigo obrigações inerentes ao próprio sistema em que se convive.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zarhar, 1986

AMARTYA, Sen . Poverty in the human development perspective: concept and measurement. In: Human Development Report 1997. 1997.

BACKER Gary. The economics of discrimination. University of Chicago Press. 1971

BONATTI, Patricia. Los Sesgos y Trampas em La Toma de Decisiones. U.B.A – Facultad de Ciencias Economicas.

BUNGE, Mario. Racionalidad y realismo. Madrid: Alianza, 1985.

_____ Las pseudociências. Laetoli, Pamplona, 2010

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo Ed USP, 1999

FREUND, Julien. A Sociologia de Max Weber. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1980.

HABERMAS, Jurgen. Teoria de la acción comunicativa I. Racionalidad de la acción y racionalización social. 2001

HORKHEIMER, Max. Eclipse da Razão. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

ELSTER Jon. Tuercas y Tornillos. Uma Introducion a los conceptos básicos de las ciências solciales. 4ª. Ed, Gedisa, Barcelona, 1995.

KARL, Marx. O Capital: critica da economia política. 3ª ed. São Paulo, Nova Cultural, 1988

MANCUR, Olson. A Lógica da Ação Coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: EDUSP, 1999

MATOS, Olgária C.F. Os arcanos do inteiramente outro: A escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução. São Paulo: Brasiliense, 1989

Racionalidade (sociologia). Infopédia Porto: Porto Editora, 2003-2014. Consultado em. 10. 06. 2014. Disponível em: www.infopedia.pt/racionalidade.

SCHEEFER, Fernando. TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL: A evidenciação do Homo Economicus. Em Tese. Revista eletrônica dos Pós Graduandos em Sociologia Política da USFC. <http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2013v10n1p28>

SIMON, H. A. Comportamento Administrativo. 2ª Ed. Revisada. Rio de Janeiro. FGV, 1971.

SUTHERLAND, S. (1996). Irracionalidad. El enemigo interior. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

WARD, Hugh. Rational choice. In: MARSH, David; STORKER, Gerry. Theory and methods in Political Science. 2. ed. Basingstoke et al.: Palgrave Macmillan, 2002.

WEBER, Max. A Ética Protestante e o Espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira, 1967